

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras padronizadas da Cambuci S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Relação de entidades controladas e consolidadas
3. Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
4. Novas normas, alterações e interpretações de normas
5. Demonstrações contábeis consolidadas
6. Principais políticas contábeis
7. Reapresentação dos saldos da demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015
8. Política de gestão de risco
9. Caixa e equivalentes de caixa
10. Contas a receber
11. Venda de marcas a receber
12. Estoques
13. Partes relacionadas
14. Tributos a recuperar
15. Despesas pagas antecipadamente
16. Demais contas a receber
17. Investimentos
18. Imobilizado
19. Intangível
20. Fornecedores
21. Empréstimos e financiamentos
22. Debêntures
23. Obrigações trabalhistas
24. Obrigações fiscais
25. Demais contas a pagar
26. Provisões para contingências
27. Patrimônio líquido
28. Instrumentos financeiros
29. Receita operacional líquida
30. Incentivos fiscais
31. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas
32. Receitas financeiras e despesas financeiras
33. Despesas por natureza
34. Informações por segmento
35. Benefícios a empregados – Plano de opções
36. Cobertura de seguros

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina, Uruguai, Chile. As unidades da Espanha e do Paraguai estão com suas atividades paralisadas.

Durante o exercício de 2015 e de 2016, a retração da economia se acentuou principalmente devido à crise política no Governo Federal, gerando instabilidade do mercado local e internacional em relação ao Brasil, com destaque para o aumento do desemprego, piora dos indicadores econômicos e redução das linhas de crédito e capital de giro em todos os setores, cenário este que auxiliou o descasamento do capital circulante líquido da Companhia e suas controladas.

Além disso, com a desvalorização do real frente ao dólar, a Companhia reduziu as importações e aumentou sua produção local. Esse movimento contribuiu para a redução na margem bruta do primeiro semestre, em função do aumento nas despesas de fabricação e reposicionamento dos volumes de produção, fatores que foram equalizados nos trimestres seguintes.

Em 31 de dezembro de 2016, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam passivo circulante em excesso ao ativo circulante, consolidados, no montante de R\$ 83.858, principalmente pelos seus empréstimos e financiamentos de curto prazo e um passivo a descoberto consolidado em R\$ 36.129.

Dessa forma, a Administração da Companhia vem direcionando seus esforços para assegurar e fortalecer o seu caixa e também para o crescimento e a recuperação das vendas e margens operacionais. A seguir, destacamos as seguintes ações e medidas já desencadeadas:

- Elaboração do orçamento do exercício de 2017, com orientação rigorosa no controle de despesas, refletindo uma redução de 27% nas despesas operacionais, quando comparado com o exercício de 2016;
- Redução de 13,3% das despesas com vendas, gerais e administrativas no exercício, quando comparado ao exercício de 2015;
- Reorganização da força de vendas, com a reestruturação da operação de comércio exterior, objetivando um aumento no volume das exportações, com um incremento de 21% no exercício comparado com 2015;
- Relançamento da marca “Stadium”, com contratação de 29 novos representantes, sendo que o reflexo já foi observado neste exercício, triplicando a receita da marca comparado com o mesmo período de 2015;

Além das medidas destacadas anteriormente, a administração da Companhia contratou duas consultorias especializadas para efetuar:

- Estruturação e revisão de despesas financeiras, com uma redução de R\$ 12,4 MM no ano; e

➤ Reestruturação financeira, visando o alongamento do seu endividamento, sendo as principais ações:

- Re-equacionamento de suas dívidas financeiras de curto prazo;
- Adequar os desembolsos à sua geração de caixa;
- Melhoria de capital de giro;

Dessa forma, continuamos mantendo foco nos objetivos de crescimento, na redução de despesas, na alocação criteriosa dos investimentos, no planejamento e constante desenvolvimento das nossas marcas Penalty e Stadium, visando garantir um posicionamento sólido e consistente nos mercados de atuação.

Temos confiança que o sucesso das medidas de reestruturação mencionadas acima, permitirá a Companhia recuperar a sua lucratividade e consequentemente o seu patrimônio líquido.

2. **RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS**

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. **DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2016 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2017.

3.2 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas. As demonstrações contábeis de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e

despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das demonstrações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* (“CTA”)), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações contábeis da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 26, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 28.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentam-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra o projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes – A IFRS 15 substituirá praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas. Esse modelo único busca trazer maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, introduz novas estimativas e julgamentos, além de novos requisitos de divulgação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações.
- IFRS 16 - *Leases* - A IFRS 16, que substituirá o IAS 17, introduz a uniformização do reconhecimento contábil para o locatário, onde haverá o reconhecimento do direito de uso e um passivo de locação, com raras exceções.

O IASB emitiu a IFRS 16, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação no capital total - %		
	Sede (País)	31/12/2016	31/12/2015
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	Brasil	100,00	100,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	100,00	75,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00

- (i) Cambuci Importadora Ltda., (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Era Sports Ltda. (“Era Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda e comercialização de ativos, bem como participação em empresas não financeiras. A Cambuci Trust S/A (“Cambuci Trust”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.
- (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guaraní, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos.
- (iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.
- (iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties.

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Para melhor apresentação, o saldo de adiantamento de clientes de 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 1.913, anteriormente divulgado como contas a receber de clientes, foi reclassificado para demais contas a pagar na controladora e consolidado.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

d) Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

f) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são

reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Impairment* de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 8).

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 10.

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 19.

o) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

w) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasing financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 18.2. A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

7. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Adicionalmente, está sendo reapresentado o saldo da demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente incluído nas demonstrações financeiras emitidas em 26 de maio de 2016, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 592/09 equivalente ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis.

A reapresentação está sendo efetuada em decorrência da identificação de erro em período subsequente a emissão, referente à variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa, indevidamente alocada na variação das contas.

Abaixo são demonstrados os ajustes realizados nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativamente às demonstrações ora apresentadas:

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes 31/12/2015	Reapresentado	Divulgado	Ajustes 31/12/2015	Reapresentado
(Prejuízo) líquido do exercício	(27.450)	-	(27.450)	(27.450)	-	(27.450)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	25.631	6.099	31.730	44.663	9.600	54.263
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimento	1.760	(6.099)	(4.339)	(434)	(4.368)	(4.802)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	(5.370)	-	(5.370)	(9.379)	(22.844)	(32.223)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	2.812	2.812
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(5.429)	-	(5.429)	7.400	(14.800)	(7.400)
Disponibilidades no início do exercício	14.895	-	14.895	18.258	-	18.258
Disponibilidades no final do exercício	9.466	-	9.466	10.858	-	10.858

8. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 28.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
				Total
Circulante				
Fornecedores	21.594	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	126.028	2.541	1.812	3.625
Debêntures	2.693	-	-	-
	150.315	2.541	1.812	158.293

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	48	86	67	86
Bancos conta movimento	1.229	1.991	5.793	3.383
Aplicações financeiras	4.895	7.389	4.901	7.389
	6.172	9.466	10.761	10.858

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber no Brasil	51.877	47.975	63.961	65.419
Contas a receber no Exterior	1.729	1.248	1.812	2.540
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)
	45.723	44.005	55.998	60.655
Partes Relacionadas (Nota 13)	-	6.758	-	-
	45.723	50.763	55.998	60.655

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.038	1.513	2.915	2.543
De 31 a 180 dias	2.840	2.579	3.933	4.465
A partir de 180 dias	6.366	4.593	7.112	5.155
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)
Total dos títulos vencidos - terceiros	3.361	3.467	4.185	4.859
Títulos a vencer - terceiros	42.362	40.538	51.813	55.796
Total da carteira de clientes - terceiros	45.723	44.005	55.998	60.655
Partes relacionadas (nota 13)	-	6.758	-	-
Total da carteira de clientes - terceiros	45.723	50.763	55.998	60.655

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo da PECLD no início do período	(5.218)	(3.479)	(7.304)	(5.171)
Adição do período	(4.176)	(4.267)	(3.982)	(4.661)
Baixa de títulos considerados incobráveis	1.511	2.528	1.511	2.528
Saldo da PECLD no final do período	(7.883)	(5.218)	(9.775)	(7.304)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

11. VENDA DE MARCAS A RECEBER

Em 10 de dezembro de 2015 a companhia realizou a venda da marca Penalty no Japão pelo valor de USD\$10 milhões para a empresa Windports Co.,Ltd., que a partir de então, passou a exercer os direitos de uso da marca, somente no território japonês. A Winsports já atuava como distribuidor licenciado no Japão há mais de 25 anos. O montante foi recebido no segundo trimestre de 2016.

12. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	19.678	20.343	34.551	36.182
Importação em andamento	1.702	1.651	1.702	1.651
Produtos em elaboração	2.501	1.685	2.501	1.685
Matérias-primas	6.819	6.734	11.382	10.067
Matérias-primas em trânsito	96	815	8.198	2.408
	30.796	31.228	58.334	51.993

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar mensalmente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de estoque obsoleto é de R\$ 2.557 (R\$ 1.663 em 31 de dezembro de 2015), demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo da Provisão Obsolescência no início do período	(1.283)	(1.442)	(1.663)	(1.442)
Provisão do período	(2.991)	(675)	(2.991)	(1.055)
Reversão (Perdas) do período	1.774	834	2.097	834
Saldo da Provisão Obsolescência no final do período	(2.500)	(1.283)	(2.557)	(1.663)

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	Transações no resultado de Janeiro a		Venda de	Compra de
	Não Circulante	Não Circulante		
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Produtos	Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	5.794	-	-	-
Era Sports Ltda.	65	-	-	-
Cambuci Trust S/A	426	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	23.351	-	182	-
Latinline S/A	(32)	-	-	-
Impar Paraguay S/A	-	1.640	-	2.095
Penalty Chile S/A	3.773	-	-	-
Penalty Argentina S/A	10.113	-	5.368	-
	43.490	1.640	5.550	2.095

	Ativo		Passivo	Transação no resultado de janeiro a	
	Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2015	
	Contas a receber	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	-	4.524	-	-	-
Era Sports Ltda.	-	65	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	-	19.568	-	8.840	371
Impar Paraguay S/A	-	-	-	2.594	18.820
Latinline	-	-	897	-	-
Penalty Chile S/A	2.328	809	-	329	-
Penalty Argentina S/A	4.430	-	-	2.378	-
Total	6.758	24.966	897	14.141	19.191

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2016, o montante acumulado referente à salário do pessoal-chave da administração foi de R\$ 2.649 (R\$ 2.482 em 31 de dezembro de 2015).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 34.

14. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	257	128	259	402
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	299	268	299	268
Programa de Integração Social (PIS)	1	5	1	5
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	4	-	4	-
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	2.820	2.986
Impuesto a las ganancias - saldo a favor	-	-	1.992	306
Outros	20	110	193	314
	581	511	5.568	4.281

14.1 Imposto de renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSLL”)

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo) lucro antes do IR e da CSL	(33.388)	(27.450)
Adições	10.055	12.684
Equivalência patrimonial	9.903	-
Outras	152	12.684
Exclusões	(18.385)	(21.209)
Subvenção para investimento - ICMS	(18.250)	(20.017)
Equivalência patrimonial	-	(1.451)
Outras	(135)	259
Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados	(41.718)	(35.975)

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou no consolidado uma despesa com imposto de renda proveniente de sua controlada Penalty Argentina, no montante de R\$ 94. Este imposto foi calculado e contabilizado segundo as leis tributárias vigentes na Argentina que são como segue:

Base de cálculo do imposto - Penalty Argentina

Lucro no período antes dos impostos

Alíquota nominal

31/12/2016
269
35%
94

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas todas as condições previstas no citado Pronunciamento. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$205.511 (R\$163.793 em 31 de dezembro 2015) e de base negativa de contribuição social é de R\$145.599 (R\$103.881 em 31 de dezembro 2015).

A companhia reconheceu créditos fiscais diferidos referente ao prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da CSLL, por atender os requisitos contemplados no pronunciamento técnico CPC 32. Tais créditos serão utilizados para liquidação dos débitos previstos na MP 766 de 4 de janeiro de 2017.

15. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios, prêmios de seguros e gastos com marketing.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Juros a apropriar	74	123	74	123
Clubes e confederações	1.142	-	1.142	-
Seguros	62	61	62	61
Outras	3	119	3	198
	1.281	303	1.281	382

16. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Valor a receber de terceiros	-	598	2.152	3.137
Despachante aduaneiro	292	728	294	919
Alugueis a receber	513	620	513	620
Adiantamento fornecedor	310	804	310	1.390
Outros	1.448	748	3.337	4.717
Valor Fundep a liberar	(i) -	-	19.990	19.990
Saldos vinculados - Banco Santander	105	6.059	105	6.059
	2.668	9.557	26.701	36.832
Circulante	2.163	8.833	6.206	14.851
Não Circulante	505	724	20.495	21.981

(i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe

rediscussão nos tribunais superiores.

17. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre as controladas

		Controladora			
Investimento da controladora	Participação no capital total %	Lucro (prejuízo) do período		Patrimônio líquido	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	3.100	(266)	(9.660)	(6.431)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	709	(710)	27.336	28.047
Impar Paraguay S/A	96,70	(1.084)	(1.533)	4.258	3.991
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	869	(313)	(17.479)	(16.808)
Latinline S/A	100,00	225	501	2.587	3.847
Penalty Argentina S/A	95,00	(353)	4.965	4.880	8.029
Penalty Chile S/A	75,00	6.358	(3.385)	(4.706)	(412)
Penalty Ibéria S.L	100,00	74	1.537	(430)	(327)
Cambuci Trust	100,00	5	-	722	-
		9.903	796	7.508	19.936

(b) Em 31 de dezembro de 2016, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	31/12/2015	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Transferência entre contas	31/12/2016
Investimentos em controladas					
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	28.045	(709)	-	-	27.336
Impar Paraguay S/A	3.859	1.085	(686)	-	4.258
Latinline S/A	3.847	(225)	(1.035)	-	2.587
Penalty Argentina S/A	7.627	353	(3.100)	-	4.880
Penalty Chile S/A	309	(4.596)	873	3.414	-
Cambuci Trust	-	(5)	727	-	722
	43.687	(4.097)	(3.221)	3.414	39.783
Provisão para perdas em investimentos					
Cambuci Importadora Ltda.	(6.431)	(3.100)	(130)	-	(9.661)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(16.286)	(869)	(324)	-	(17.479)
Penalty Chile S/A	-	(1.763)	471	(3.414)	(4.706)
Penalty Ibéria S.L	(327)	(73)	(28)	-	(428)
	(23.044)	(5.805)	(11)	(3.414)	(32.274)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

18. IMOBILIZADO

O saldo e as movimentações do imobilizado estão demonstradas nos quadros abaixo:

Controladora							
	Taxa de Depreciação	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145	-	145	145	-	145
Edificações	2 a 4 %	10.648	(5.869)	4.779	10.648	(5.451)	5.197
Maquinas e equipamentos	6,67%	50.782	(34.869)	15.913	49.447	(32.885)	16.562
Equipamentos de computação	25%	7.516	(6.991)	525	7.491	(6.792)	699
Instalações	10%	18.078	(11.426)	6.652	14.606	(10.680)	3.926
Móveis e utensílios	8,33%	4.117	(3.945)	172	4.125	(3.664)	461
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	10.574	(8.327)	2.247	8.423	(7.525)	898
Imobilizado em andamento		112	-	112	2.985	-	2.985
		101.972	(71.427)	30.545	97.870	(66.997)	30.873

Consolidado							
	Taxa de Depreciação	31/12/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		12.975	-	12.975	12.433	-	12.433
Edificações	2 a 4 %	28.364	(7.993)	20.371	28.364	(6.868)	21.496
Maquinas e equipamentos	6,67%	51.121	(35.181)	15.940	49.856	(33.218)	16.638
Equipamentos de computação	25%	7.786	(7.249)	537	7.790	(7.040)	750
Instalações	10%	18.098	(11.440)	6.658	14.734	(10.710)	4.024
Móveis e utensílios	8,33%	4.520	(4.254)	266	4.688	(4.018)	670
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	11.496	(8.343)	3.153	8.661	(7.567)	1.094
Imobilizado em andamento		113	-	113	2.986	-	2.986
		134.473	(74.460)	60.013	129.512	(69.421)	60.091

Controladora							
	31/12/2015	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2016	
Terreno	145	-	-	-	-	145	
Edificações	5.197	-	-	-	(418)	4.779	
Maquinas e equipamentos	16.562	782	(171)	729	(1.989)	15.913	
Equipamentos de computação	699	39	(7)	2	(208)	525	
Instalações	3.926	21	-	3.450	(745)	6.652	
Móveis e utensílios	461	-	(3)	-	(286)	172	
Outros ativos imobilizados	898	1.743	(154)	174	(414)	2.247	
Imobilizado em andamento	2.985	3.429	(1.924)	(4.378)	-	112	
	30.873	6.014	(2.259)	(23)	(4.060)	30.545	

Consolidado							
	31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Variação cambial	Transferência	31/12/2016
Terreno	12.433	542	-	-	-	-	12.975
Edificações	21.496	-	-	(1.125)	-	-	20.371
Maquinas e equipamentos	16.638	780	(199)	(2.002)	(6)	729	15.940
Equipamentos de computação	750	59	(36)	(356)	(10)	130	537
Instalações	4.024	12	(96)	(593)	(11)	3.322	6.658
Móveis e utensílios	670	4	(50)	(333)	(25)	-	266
Outros ativos imobilizados	1.094	2.758	(399)	(441)	(33)	174	3.153
Imobilizado em andamento	2.986	3.430	(1.925)	-	-	(4.378)	113
	60.091	7.585	(2.705)	(4.850)	(85)	(23)	60.013

18.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$389 (R\$575 em 31 de dezembro de 2015), contemplado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, referente a compra de veículos e equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

18.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	31/12/2016	31/12/2015
Edificações	25 a 60 anos	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	4 anos	5 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos	10 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

18.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

19. INTANGÍVEL

Os saldos e as movimentações do intangível estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Controladora						
	31/12/2016				31/12/2015		
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.136	(2.039)	97	2.116	(1.938)	178
Direito de uso software (i)	20%	7.018	(6.418)	600	6.952	(5.958)	994
Intangível em andamento		-	-	-	232	-	232
		9.154	(8.457)	697	9.300	(7.896)	1.404

	Consolidado						
	31/12/2016				31/12/2015		
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.136	(2.038)	98	2.116	(1.938)	178
Direito de uso software	20%	7.129	(6.476)	653	7.416	(5.964)	1.452
Intangível em andamento		-	-	-	232	-	232
		9.265	(8.514)	751	9.764	(7.902)	1.862

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos estoques e incluídos no 'Custo das vendas', na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora					
	31/12/2015	Adição	Baixa	Transferência	Amortização	31/12/2016
Marcas e patentes	178	-	-	20	(101)	97
Direito de uso software (i)	994	64	-	3	(461)	600
Intangível em andamento	232	-	(232)	-	-	-
	1.404	64	(232)	23	(562)	697

	Consolidado					
	31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência	Variação cambial
Marcas e patentes	178	-	(300)	(101)	386	(65)
Direito de uso software	1.452	149	(88)	(472)	(363)	(25)
Intangível em andamento	232	-	(232)	-	-	-
	1.862	149	(620)	(573)	23	(90)

20. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	16.547	21.472	21.594	24.903
Fornecedores exterior	-	3.714	7.977	8.938
	16.547	25.186	29.571	33.841

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Encargos Financeiros Médios		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro - CDI	CDI + 5,86% a.m.	103.447	114.444	103.447	114.444
Capital de giro - Fixo	Fixo 18% a.a.	8.378	-	8.378	-
BNDDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	-	536	-	536
Desenbahia - BNDDES (a)	TJLP	7.098	16.133	7.098	16.133
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	96	231	96	231
Leasing	1,04% a 1,24%	-	575	-	575
BDMG	IPCA + 6% a.a.	847	1.460	847	1.460
		119.866	133.379	119.866	133.379
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	14.140	15.269
		-	-	14.140	15.269
		119.866	133.379	134.006	148.648
Passivo circulante		111.888	116.698	126.028	131.967
Passivo não circulante		7.978	16.681	7.978	16.681

Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2016, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por empresa:

Encargos Financeiros Médios		Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro - CDI	CDI + 5,86% a.m.	103.447	-	-	103.447
Capital de giro - Fixo	Fixo 18% a.a.	8.378	-	-	8.378
BNDDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	-	-	-	-
Desenbahia - BNDDES (a)	TJLP	7.098	-	-	7.098
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	96	-	-	96
Leasing	1,04% a 1,24%	-	-	-	-
BDMG	IPCA + 6% a.a.	847	-	-	847
		119.866	-	-	119.866
Em moeda estrangeira - US\$					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	-	-	-	-
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	12.899	1.241	14.140
		-	12.899	1.241	14.140
		119.866	12.899	1.241	134.006

Termo e cronograma de amortização da dívida:

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	131.967
2017	126.028	3.817
2018	2.541	1.966
2019	906	1.956
2020	906	1.956
2021 em diante	3.625	6.986
	134.006	148.648

Garantia:

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações: R\$ 26.315 com Banco Itaú, R\$ 1.460 com BDMG, R\$ 17.751 com Banco Bradesco
- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenhahia.

22. DEBÊNTURES

		Controladora		Consolidado	
	Encargos financeiros	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	2.693	5.631	2.693	5.631

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FGTS	2.357	1.665	2.357	1.666
INSS	19.280	9.982	19.280	9.984
IRRF	366	784	366	784
Outros encargos	67	111	67	882
Pensão Alimentícia	-	7	-	7
Provisão de férias e 13º salário	3.479	4.131	3.928	4.131
Rescisão Contratual	-	6	-	6
Salários	986	1.221	986	1.224
	26.535	17.907	26.984	18.684

24. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições				
ICMS	540	655	540	659
PIS	1.338	1.674	1.444	1.713
COFINS	13.000	7.071	13.468	7.274
IPI	1.796	798	1.815	798
Outros	203	314	1.159	4.179
	16.877	10.512	18.426	14.623
Tributos parcelados				
Parcelamento do ICMS	-	-	322	-
PPI do ICMS	4.908	4.957	27.209	24.499
PEP - ICMS	4.332	2.468	4.332	2.468
Decreto Parcelamento 772799 - ICMS	1.022	1.352	1.022	1.352
Parcelamento PIS	1.782	-	1.782	-
Parcelamento IR	363	-	363	-
Parcelamento CSRF	69	-	69	-
	12.476	8.777	35.099	28.319
	29.353	19.289	53.525	42.942
Passivo circulante	27.237	12.775	29.108	37.162
Passivo não circulante	2.116	6.514	24.417	5.780

25. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de clientes	1.626	1.913	1.626	1.913
Qualidade cliente	519	1.074	519	1.074
Frete sobre vendas	1.905	1.547	1.905	1.617
Galacross do Brasil Ltda	3.495	3.539	3.495	3.539
Contas a pagar aos clubes e federações	-	3.735	-	3.735
Comissões a pagar	88	105	88	105
Provisões de despesas diversas	1.901	-	1.901	-
Outros	1.230	4.356	1.575	5.159
	10.764	16.269	11.109	17.142
Circulante	7.269	12.730	7.622	13.493
Não Circulante	3.495	3.539	3.487	3.649

26. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza	31/12/2016			Controladora 31/12/2015		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	2.097	(998)	1.098	2.951	(1.058)	1.893
Fiscal	372		372			
Civil	-	(3.213)	(3.213)	-	(2.130)	(2.130)
Total	2.469	(4.211)	(1.743)	2.951	(3.188)	(237)

Natureza	31/12/2016			Consolidado 31/12/2015		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	2.097	(998)	1.099	2.951	(1.075)	1.876
Fiscal	372		372			
Civil	-	(3.547)	(3.547)	-	(2.130)	(2.130)
Total	2.469	(4.546)	(2.076)	2.951	(3.205)	(254)

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.951	-	2.951
(+) Complemento de provisão	-	372	372
(-) Reversão	(854)	-	(854)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.097	372	2.469

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2017 e 2018.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

(i) Ações cíveis, no montante de R\$ 1.604 (R\$ 1.540 em 31 de dezembro de 2015), com grande parte pleiteando danos morais e materiais.

(ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade, no montante de R\$ 812 (R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 2.209.

(iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 26.238 (R\$ 28.741 em 31 de dezembro de 2015).

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital Social

Foi deliberado em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30 de maio de 2016, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de 38.552.249 (três milhões, quinhentos e cinquenta e duas mil, duzentas e quarenta e nove) ações, dividido em 13.087.267 (treze milhões, oitenta e sete mil e duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 25.464.982 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e sessenta e quatro mil e novecentas e oitenta e duas) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto, na proporção de 10 (dez) ações para 1 (uma) ação, sem modificação no capital social, nos termos do art. 12 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive assegurando aos acionistas, que passarem a deter frações de ação em decorrência do grupamento, a oportunidade de deter, no mínimo, uma nova ação após o grupamento.

Após a conclusão do Grupamento, o capital social da Companhia permaneceu no montante de R\$35.636, dividido em 1.308.726 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.546.498 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

O valor de mercado das ações da Cambuci, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2016 a R\$ 5,00 por ação.

27.2 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

27.3 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	Janeiro a dezembro de 2016		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	(33.388)	(33.388)	(33.388)
Media ponderada das ações em circulação durante o período	1.308.726	2.546.498	3.855.224
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	(0,025512)	(0,013111)	(0,008660)

	Janeiro a dezembro de 2015		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	(27.450)	(27.450)	(27.450)
Media ponderada das ações em circulação durante o período	1.308.726	2.546.498	3.855.224
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	(0,020975)	(0,010780)	(0,007120)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	1.277	9.466	5.860	10.858
		1.277	9.466	5.860	10.858
Aplicações financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	4.895	-	4.901	-
		4.895	-	4.901	-
Contas a receber clientes	Empréstimos e recebíveis	45.723	50.763	55.998	60.655
		45.723	50.763	55.998	60.655
Partes relacionadas					
Ativos	Empréstimos e recebíveis	43.490	24.966	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	1.640	897	-	-
		41.850	24.069	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16.547	25.186	29.571	33.841
		16.547	25.186	29.571	33.841
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	14.140	15.269
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	119.866	133.379	119.866	133.379
		119.866	133.379	134.006	148.648
Debêntures	Outros passivos financeiros	2.693	5.631	2.693	5.631
		2.693	5.631	2.693	5.631

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

28.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

(i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

(ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.

(iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

28.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

28.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2016, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos expostos à variação das taxas de mercado, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

	Cenário provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	R\$	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	103.447	13,9991%	17,4989%	3.620	20,9987%	7.241
IPCA	847	7,2549%	9,0686%	15	10,8823%	31
TJLP	7.098	7,5000%	9,3750%	133	11,2500%	266
TR	96	2,0126%	2,5158%	0	3,0189%	1
Peso Argentina	12.899	0,2056	0,2570	663	0,3084	1.326
Peso Chileno	1.241	0,0049	0,0061	2	0,0073	3
Fornecedor	29.571	3,2462	4,0578	23.998	4,8693	47.996
Clientes	55.998	3,2462	4,0578	45.447	4,8693	90.890
	211.197			73.878		147.754

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

28.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2016, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2015.

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas brutas de vendas				
Brasil	236.367	266.750	225.872	233.331
Exterior	8.119	5.421	8.119	5.421
Impar Sports	-	-	3.589	6.822
Latiline	-	-	1.129	2.367
Impar Paraguai	-	-	2.203	16.409
Penalty Argentina	-	-	70.238	68.339
Penalty Chile	-	-	5.558	7.166
	244.486	272.171	316.708	339.855
Deduções de Venda				
Tributos	(30.914)	(32.853)	(31.950)	(31.503)
Devoluções de vendas e outros	(8.203)	(29.758)	(8.369)	(22.433)
	(39.117)	(62.611)	(40.319)	(53.936)
Receita líquida de vendas	205.369	209.560	276.389	285.919

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%

INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)

1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

30. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, está demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	5.363	4.582
Bahia	(b)	13.505	15.435
		<u>18.868</u>	<u>20.017</u>

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas paraibanas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

31. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Indedutíveis	490	(5.656)	150	(5.656)
Baixa Estoques Obsoletos	(6.395)	(1.032)	(6.395)	(1.032)
PIS/COFINS Lei 9.718/98	-	29	-	29
Perdas períodos anteriores - Chile	-	-	(4.006)	-
Contingências Fiscais	(601)	(2.130)	(601)	(2.130)
Venda de Ativo Permanente e Impostos	(190)	37.127	(190)	37.217
Venda de Sucatas /Resíduos e Impostos	137	32	137	32
Receita de Aluguéis	3.062	2.742	3.062	2.742
Credito de Pis e Cofins	2.871	2.933	2.871	2.933
Credito Fiscal	1.128	-	1.128	-
Outras Despesas	1.565	(1.680)	1.213	(6.010)
	2.067	32.365	(2.631)	28.125

32. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	361	917	361	917
Variação cambial	3.457	11.040	3.656	12.325
Juros recebidos	1.526	1.038	1.537	1.058
Outras Receitas	-	-	5	2.574
	5.344	12.995	5.559	16.874
Despesas financeiras				
Comissão e Despesa Bancárias	(2.503)	(7.782)	(2.749)	(14.107)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(12.798)	(38.088)	(20.546)	(38.088)
Variação cambial	(10.312)	(14.830)	(12.558)	(14.830)
Juros sobre fornecedores e impostos	(9.468)	(5.173)	(12.520)	(6.496)
Juros Vendor	(145)	-	(145)	-
Juros mutuo acionista	(188)	-	(188)	-
Descontos financeiros	(684)	(3.640)	(691)	(3.640)
Outras despesas	(132)	(211)	(771)	(212)
	(36.230)	(69.724)	(50.168)	(77.373)
Resultado financeiro líquido	(30.886)	(56.729)	(44.609)	(60.499)

33. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo dos produtos vendidos				
Materia prima	65.599	69.955	85.940	90.688
Mão de obra direta	38.205	31.834	50.052	41.270
Gastos gerais de fabricação	23.608	25.962	31.891	34.052
Depreciação e Amortização	3.324	3.498	3.392	4.371
	130.736	131.249	171.275	170.381
Despesas com vendas				
Clubes	1.481	13.340	1.481	13.342
Comissões	9.558	9.427	10.791	11.043
Marketing e TradeMarketing	3.559	3.431	4.216	3.927
Frete	8.317	9.650	12.156	13.837
Despesas com pessoal	7.636	8.467	8.472	9.479
Despesas com tecnologia da informação	150	154	256	154
Consultorias	45	65	45	65
Serviços com Terceiros	948	709	1.042	941
Depreciação e amortização	273	702	297	764
Outros	15.356	10.850	24.985	19.454
	47.323	56.795	63.741	73.006
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	12.894	12.784	13.739	13.819
Serviços com Terceiros	1.292	2.203	1.363	2.256
Despesas com tecnologia da informação	1.400	1.543	1.426	1.578
Consultorias	1.441	1.461	1.546	1.471
Depreciação e Amortização	1.025	5.026	1.734	5.819
Outros	3.924	3.036	7.582	11.060
	21.976	26.053	27.390	36.003

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro,

compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

(a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e

(b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita bruta de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 74,5%.
- Operações internacionais: 25,5%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Brasil	225.872	240.152
Argentina	70.238	68.339
Outros	20.598	31.364
Total	316.708	339.855

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – PLANO DE OPÇÕES

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano opções de compra de ações para colaboradores da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram outorgadas aos executivos da Companhia plano de opções de ações.

As características do plano outorgado foram:

	Plano
Total de opções outorgadas	480.000
Preço de exercício da opção	1,90
Valor justo médio da opção	0 (zero)
<i>Carência (em anos)</i>	5
<i>Vesting</i>	(20% a.a.)
Duração da opção (em anos)	7
Carência (em anos)	2

Não houve movimentação no exercício de 2016.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve obrigação de provisão com remuneração baseada em ações em virtude do *fair value* da opção ser zero.

A Companhia calculou o fair value do plano de opções através do método Black & Scholes, utilizando as seguintes premissas de mercado:

Preço da ação em 31 de dezembro de 2016: R\$ 5,00 por ação (*)

Correção do preço de opção: IPCA

Volatilidade: 1,69% a.a.

Taxa de desconto livre de risco: 12% a.a.

(*) Considerando o grupamento de ações

36. COBERTURA DE SEGUROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houveram alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 139.037 para danos materiais, R\$ 240 para lucros cessantes e R\$ 36.888 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

* * * * *

Diretoria estatutária

- Cesar Alberto Ferreira - Diretor Presidente
- Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado

Conselho de Administração

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Conselho Fiscal

- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
- Roberto Massayuki Hara

Responsável técnico:

Paulo Cesar Picolli
Gerente Contábil Fiscal
Contador CRC SP 165645/O-6